

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996. 190 p.

Danilo Rabelo*

Nos últimos anos, alguns pesquisadores têm se debruçado sobre a questão da pobreza na sociedade escravista, pouco flexível à absorção da mão-de-obra livre e liberta. O grande contingente de pessoas livres e pobres era condenado a “viver de agências”, isto é, de trabalhos incertos, recebendo a (des)qualificação de “vadios”. O livro de Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios*, trata das estratégias de sobrevivência e resistência dos homens e mulheres livres e dos libertos na Bahia (não a província, mas a cidade)¹ durante o século XIX, procurando mostrar o perfil étnico e etário dos mendigos, como sobreviviam e como organizavam uma territorialidade própria, além do tipo de relação que mantinham com os bem-nascidos.

O grande número de fontes trabalhadas por Fraga Filho forneceu uma riqueza de detalhes sobre a geografia da ocupação do espaço urbano, o calendário da mendicância, os embates com a polícia, construindo uma sólida base empírica para a sua narrativa, aliada a uma interpretação criativa. O texto, dividido em oito capítulos, traça uma trajetória de uma política de controle dos mendigos que evoluiu da caridade ao internamento em asilos e à criminalização.

O primeiro capítulo, conforme nos informa o próprio Fraga Filho na introdução do livro, busca oferecer um panorama geral das hierarquias sociais, da exclusão dos setores livres pobres e da conjuntura econômica do período. De fato, a riqueza de fontes (censos, inventários, testamentos

* Professor do CEPAE/UFMG e Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

etc.) forneceu um excelente panorama da condição de pobreza em que vivia a maioria da população livre de Salvador e as relações sociais mantidas com a classe dominante, bem como a influência da instabilidade econômica que constituía um fator de empobrecimento, com a carestia dos gêneros alimentícios, tornando a população mais vulnerável às epidemias. Ao mesmo tempo, aborda como a pobreza possuía múltiplas faces e gradações. A cor da pele, a posse de bens que poderia 'branquear' pessoas de tez escura e o local de moradia eram alguns dos parâmetros utilizados para a classificação e caracterização da pobreza.

Na cidade da Bahia, no século XIX, havia uma relação ambígua e tensa entre os mendigos e a população bem-nascida. No segundo capítulo, intitulado "O cotidiano dos mendigos", Fraga Filho argumenta, através da tese de Mollat – *Os pobres na Idade Média* –, que os mendigos eram tolerados apenas porque, de acordo com a tradição cristã, a caridade era um meio de garantir um lugar no céu. Assim, devido a uma necessidade espiritual, a elite tolerava aqueles mendigos que não podiam trabalhar e comportavam-se de maneira humilde e resignada. Mas as autoridades condenavam aqueles que se rebelavam praticando "obscenidades e torpezas". Em seguida, o autor traça uma tipologia dos mendigos, bem como um calendário e a geografia da mendicância, concentrada nos sábados, nas festas religiosas e nos centros de poder eclesiástico, civil e econômico. A tolerância em relação a alguns mendigos não os fazia menos hostilizados que os outros pobres pelos grupos dominantes.

O perfil da mendicância, traçado no terceiro capítulo através dos registros de entrada e saída de doentes do hospital de caridade, mantido pela Santa Casa de Misericórdia entre 1847-1856, quantifica a cor, a idade, o sexo e o estado civil dos mendigos. A maioria era pertencente ao contingente não-branco que incluía africanos (pretos), negros nascidos no Brasil (crioulos), pardos, cabras, caboclos. Cerca de 52% possuíam mais de 60 anos, sendo maior o número de mulheres nessa faixa etária. O número de indigência atingia homens e mulheres com igual intensidade, sendo a maioria solteira. Os mendigos, em sua maioria, eram ex-escravos que possuíam mais de 60 anos e que chegavam bastante debilitados ao hospital. Segundo Fraga Filho, isso se devia ao

fato de os senhores libertarem seus escravos quando já não podiam contar com seus serviços e assim evitavam ter que pagar suas diárias no hospital.

Enquanto os mendigos gozavam de alguma tolerância e proteção das instituições de caridade, os vadios eram considerados a parte mais vil e abjeta da pobreza. Por vadio entenda-se, de acordo com a definição de Fraga Filho, tanto aquele que vivia de meios ilícitos como jogo e roubo, como o jornaleiro ou o agregado que interrompia seus afazeres. A criminalização da vadiagem era o meio pelo qual os senhores tentavam controlar a ordem, defender suas propriedades e constranger os homens pobres livres ao trabalho. Os meios utilizados eram o recrutamento forçado, assinatura de “termos de bem-viver”, prisão etc. A itinerância dos chamados vadios era a forma pela qual os homens pobres e livres, que se recusavam a fazer as mesmas tarefas dos escravos e tornar-se dependentes dos fazendeiros, poderiam resistir às tentativas de controle.

A vadiagem e as travessuras cometidas pelos adolescentes e crianças que faziam das ruas seu espaço de divertimento eram também vistas com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos. Por outro lado, para estas crianças e adolescentes a vadiagem era o modo de se rebelarem contra as imposições do mundo adulto, seja dos castigos de seus pais, mestres de ofício ou senhores. Durante o século XIX, passou-se da caridade dedicada aos órfãos, através de instituições como o Orfanato São Joaquim e a Santa Casa de Misericórdia, para a repressão da vadiagem com o alistamento dos menores junto à Companhia de Aprendizes de Marinheiro ou na Escola Agrícola, com o objetivo de torná-los cidadãos aptos ao trabalho.

Nos últimos três capítulos, temos a evolução das formas de como os bem-nascidos passaram a encarar a mendicância ao longo do império. Da caridade cristã mesclada com a repulsa, a mendicância passou a ser confundida com a vadiagem e a ociosidade, como disseminadora de doenças e imoralidades, merecendo maior controle das autoridades, sobretudo da polícia. Como a polícia não tinha condições de sustentar tantos indigentes nas prisões, as autoridades promoveram o confinamento dos mendigos junto a instituições de caridade como o Dormitório de Mendigos de São Francisco, o Asilo da Quinta dos Lázaros, o Orfanato São Joaquim etc. Tais locais de confinamento visavam aumentar o controle sobre os mendigos e promover a sua

exclusão das ruas, afastando o perigo que eles representavam para os bem-nascidos, principalmente ao transferir os asilos para fora dos limites urbanos. Contudo, com o passar do tempo, os mendigos esboçavam resistência aos internamentos devido às péssimas condições de higiene e à limitação da liberdade que esses locais lhes impunham.

Desde a Independência havia uma legislação antivadiagem, buscando apertar a vigilância sobre as várias categorias de ociosos, jogadores de profissão, falsos mendigos, vadios e vagabundos. Mas, é na segunda metade do século XIX que o termo vadio amplia seu significado, passando a englobar comportamentos populares, a designar o trabalhador nacional em contraposição com a mão-de-obra qualificada do imigrante europeu. As tentativas de compulsão ao trabalho aumentaram sobretudo após o fim do tráfico negreiro e, ainda mais, após a abolição, com a elite tentando disseminar o valor do trabalho disciplinado para os homens livres e pobres. Todas as manifestações que pudessem desviar o trabalhador do tempo útil do trabalho tornaram-se alvo da repressão policial: tavernas, casas de jogos, bordéis, divertimentos de rua, festas, batuques etc. O objetivo era tornar a cidade um espaço inóspito para as grandes levas de ex-escravos que fugiam da grande lavoura em busca dos centros urbanos. É nesse sentido que ocorreu a criminalização da vadiagem e da mendicância.

Os grandes méritos do livro são o rigor da pesquisa, o tratamento das fontes, a construção da narrativa, onde se descreve a história de grupos que raramente deixaram testemunhos escritos, mas cujos valores, ações e sentimentos são percebidos nas entrelinhas dos registros deixados pelos grupos dominantes.

Notas

- 1 Embora trate de outras cidades da província, a maior parte das fontes e da discussão refere-se apenas à capital, que é nomeada tanto como Salvador quanto cidade da Bahia.